

# Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil?\*

TÂNIA CRUZ\*\*

---

Resumo: A proposta deste artigo é delinear um perfil dos trabalhadores que representariam potenciais sujeitos do universo da economia solidária no Brasil, a partir da análise das informações geradas pelas pesquisas realizadas pelo IBGE (Pnad 2004 e Ecinf 2003). Pretende-se responder às seguintes questões: quem é o trabalhador da economia solidária? Qual é o perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos com atividades de economia empreendedora e solidária? Transversalizando esse debate com a leitura da categoria gênero, busca-se identificar os sujeitos que estão inseridos nas configurações abertas pelo trabalho cooperado e solidário. Embora não seja simples traçar o seu perfil, esta é uma tarefa necessária. Para tanto, devem-se redimensionar as diferentes pesquisas que já existem e/ou criar outras para captar a realidade e os limites da economia solidária em nossa sociedade hoje.

Palavras-chave: economia solidária; gênero; inserção ocupacional.

---

## 1. Apresentação

A economia solidária traduz-se em uma alternativa de trabalho para milhares de pessoas que buscam espaço no mercado. Representa uma série de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, entre tantas outras formas de trabalho cooperado e solidário.

Mas quem seria o trabalhador da economia solidária no Brasil? Melhor dizendo, qual seria o perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos com atividades de economia empreendedora e solidária? A proposta deste artigo é tentar traçar um perfil deste trabalhador a partir dos dados

gerados pelas pesquisas do IBGE. Em especial, trataremos dos dados reunidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (Pnad) e na pesquisa sobre Economia Informal Urbana (Ecinf 2003). Tarefa difícil, haja vista que tais pesquisas não têm como foco investigar as características socioeconômicas daqueles que atuam em situação de trabalho cooperado e solidário. Assim, o trabalho de análise que se propõe aqui é reunir algumas informações, em tese desagregadas pela própria configuração que as pesquisas acima citadas apresentam, para iniciarmos um processo de identificação e aproximação dos sujeitos que, potencialmente, representam agentes de uma outra economia, uma economia solidária.

Percorrer algumas informações provindas de pesquisas do IBGE justifica-se por duas razões metodológicas. A primeira é que essas pesquisas têm representatividade territorial e visam à produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico

---

\* As idéias contidas neste artigo fazem parte de minha pesquisa de doutorado, provisoriamente intitulada "Qual é o teu trabalho, mulher: trabalho e identidade da mulher empreendedora no contexto da economia solidária" (Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB, 2004).

\*\* Mestre e doutoranda em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Brasília.

do país. Isto nos permite elaborar uma noção do perfil do sujeito trabalhador. A outra razão está nas próprias características de cada uma dessas pesquisas. A Pnad percorre uma amostra de domicílios, buscando apontar diversas características de demografia e perfil socioeconômico da população.<sup>1</sup>

Por outro lado, o ponto de partida da Ecinf é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida. Tem como objetivo organizar informações que permitam conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira. Nela destacam-se os empreendimentos informais urbanos organizados por conta própria e todos aqueles com até cinco empregados, independentemente de serem atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias e de serem ou não entidade jurídica.<sup>2</sup>

Para os dados da Pnad 2004, enfocaremos a população economicamente ativa (PEA) e a população não-economicamente ativa (PNEA), a população de ocupados (PO) e de não-ocupados (PD) e os trabalhadores não-remunerados. Para a pesquisa Ecinf 2003, tomaremos como referência os trabalhadores por conta própria. Esse recorte permite-nos uma primeira aproximação do perfil que buscamos traçar. A Pnad é uma pesquisa censitária que, além de investigar as características socioeconômicas e demográ-

ficas da população, investiga também informações gerais sobre o quadro da inserção ocupacional no país. A Ecinf enquadra especificamente um estudo do setor informal brasileiro, diagnosticando as práticas empreendedoras do trabalhador informal. Nesse sentido, acredita-se que os sujeitos trabalhadores que venham a estar envolvidos ou já se encontram em um contexto de economia solidária estão representados potencialmente pela população de trabalhadores desocupados, por conta própria e não-remunerados. Considerando a condição de trabalho que apresentam, subemprego ou desemprego no caso dos trabalhadores não-ocupados e não-remunerados, e de autogestão da força de trabalho, no caso dos trabalhadores por conta própria, temos aí uma inserção ocupacional que pode ser redefinida a partir dos elementos que compõem a perspectiva do trabalho cooperado e solidário.

Há, ainda, mais um elemento metodológico a justificar: a denominação “potenciais sujeitos trabalhadores” que, para nós, estariam envolvidos com a prática de trabalho cooperado e solidário. Legitimamos esta denominação a partir de três pressupostos:

I) o primeiro implica que, para agregarmos informações com base nos dados gerados pelas pesquisas do IBGE, temos de partir das categorias utilizadas por suas pesquisas para identificar os sujeitos trabalhadores: empregado, desempregado, empregador, por conta própria, trabalhador não-remunerado, trabalhador doméstico. Há, ainda, as categorias mais gerais: os ocupados e os desocupados, os economicamente ativos e os economicamente não-ativos. O pressuposto assumido aqui é que o perfil de trabalhador de economia solidária no Brasil passa pela identificação dos trabalhadores que se encontram em situação de precariedade, subemprego, desocupação e/ou, em alguma medida, identificam-se pela autogestão da própria força de trabalho. Desse modo, o foco deste estudo está nos trabalhadores por conta própria, nos não-remunerados e nos desocupados. A princípio, julga-se que esses sujeitos trabalhadores representam um contingente de atores que dispõem da autogestão da própria força de trabalho para desenvolver suas atividades em sociedade. Como não há, para o universo das pesquisas realizadas pelo

1. Realizada progressivamente no Brasil a partir de 1967, a Pnad investiga diversas características demográficas e socioeconômicas da população, algumas de caráter permanente, como características gerais, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição. Entretanto, a Pnad não elabora algumas perguntas que possibilitem um desdobramento analítico do desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Por exemplo, seria imprescindível, para este momento de estudos e reflexões sobre a constituição da economia solidária, que os respondentes domiciliares dessas pesquisas tivessem clareza quanto à característica da sua ocupação: eles são empregadores empreendedores ou por conta própria? São cooperados ou prestadores de serviços? Articulam-se em uma rede de apoio ou reproduzem a lógica clássica de mercado competitivo? Quer dizer, qual a ocupação deste trabalhador no frame de uma economia solidária e empreendedora?

2. A delimitação de empreendimentos urbanos se dá pelo fato de a Ecinf considerar como informal apenas as unidades econômicas não-agrícolas, pois são estas em princípio que geram empregos e não autoconsumo.

IBGE, o que poderíamos chamar de trabalhador solidário, consideramos que, dada a sua ocupação ou sua desocupação, teríamos possíveis e potenciais trabalhadores que estariam em situação de economia solidária;

II) como segundo pressuposto, pensamos que, por se tratar de configurações específicas e, sobretudo, de arranjos situacionais, o trabalho cooperado e solidário representa uma proposta crítica da atual organização econômica e social, o que não se traduz ainda como uma estrutura objetiva e estruturante, nos moldes de Bourdieu (1982), das relações sociais. Entretanto, pela sua característica crítica e metamórfica, a economia solidária, ou trabalho cooperado e solidário, é vista como um potencial transformador da realidade econômica vigente. O que se tem percebido em pesquisas que buscam traçar o campo de formação e desenvolvimento da economia solidária é que há um processo de afinidade eletiva entre uma demanda estrutural (a saber, uma necessidade das sociedades em redefinir o conteúdo e o arranjo das relações de trabalho) e a reelaboração do perfil daqueles que vivem do trabalho.<sup>3</sup> Os sujeitos-trabalhadores que se encontram em situação de precariedade ou exclusão social também podem ser vistos como sujeitos condutores de uma nova força social capaz de produzir uma outra lógica de organização econômica e social;<sup>4</sup>

3. Para parafrasear Ricardo Antunes, em célebre texto intitulado *Adeus ao trabalho* (São Paulo: Ed. Cortez, 1995). Nele, Antunes defende que a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha. Enfim, Antunes está defendendo uma ressignificação dos sujeitos que vivem do trabalho, como também uma releitura da capacidade histórica e transformadora desses sujeitos como classe social, classe trabalhadora.

4. É preciso lembrar, entretanto, que essa nova força social está sujeita aos arranjos e contextos sociais mais amplos. As pesquisas sobre economia solidária em países como a França, Argentina, Canadá e Brasil, apontam que o desenvolvimento de novas formas de trabalho, pautadas na solidariedade e na cooperação, dependem de uma articulação entre as políticas públicas (apoio estatal com microcrédito, cursos de capacitação profissional e gerencial, replicação de tecnologias sociais), a sociedade civil organizada e com legitimidade política (organizações populares, organizações não-governamentais, conselhos participativos e deliberativos para discussão de orçamentos e políticas de intervenção social etc.) e o mercado (as práticas de economia solidária não poderiam prescindir da existência de um mercado protegido, ou seja, da criação de uma rede integrada de cooperados e autônomos). A idéia básica seria assegurar aos

III) O terceiro pressuposto retoma o primeiro: agregar informações sobre os sujeitos trabalhadores registradas pelas pesquisas do IBGE só trará alguma contribuição diferenciada se lermos tais números pela incorporação a este debate da categoria gênero. Isso nos permite problematizar e contextualizar os números revelados pelo IBGE e não ignorar a complexidade social e histórica adjacente à quantificação das regularidades que tais estatísticas representam. Nesse sentido, entende-se que gênero é uma categoria que permite o estudo dos papéis femininos e masculinos no contexto social, político e econômico (Ruas, 2000). É um enfoque que contribui para a identificação e a análise de assimetrias e hierarquias existentes nas relações entre homens e mulheres, incorporando as relações de poder, sobretudo no mundo do trabalho.

O que queremos realçar neste debate é que elementos da economia solidária nos ajudam a desconstruir e a enfrentar as assimetrias das relações sociais de gênero. Guérin (2003) propõe três contribuições da economia solidária a este debate: a) a utilização de recursos variados; b) o foco nas necessidades humanas, e c) a constituição de um espaço onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade. A economia solidária reconhece que necessita não só de recursos que se compram no mercado, mas também de recursos não-monetários. Reconhece também, por exemplo, que as relações de confiança em um grupo são fundamentais para que esse grupo funcione e dê certo. E como se constroem as relações de confiança? Quanto tempo deve ser despendido em reuniões, conversas? Quantos gestos de solidariedade real? Esses são recursos dificilmente mensuráveis e remetem-nos às práticas de reciprocidade no interior do grupo.

O enfoque de gênero, em consórcio com a discussão sobre a economia solidária, permite-nos ressignificar e elaborar outras perspectivas analíticas para os dados que selecionamos das pesquisas do IBGE. O trabalhador por conta própria passa a ser visto como um empreendedor

novos empreendedores um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, criando uma rede, um sistema de trocas, de financiamento e orientação técnica, legal, contábil etc., mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.

emergente; aos não-remunerados e desocupados abre-se uma perspectiva de reinserção no circuito de trabalho e, talvez o mais importante, torna-se mais expressiva a necessidade de se ler por detrás desses números o trabalho de reprodução social (deixado quase sempre às mulheres)<sup>5</sup> que não aparece quantificado e gerando valor para a sociedade.

Considerando os três pressupostos acima citados, cuja reflexão que propõem norteia este trabalho, destacaremos brevemente<sup>6</sup> o que chamamos de economia solidária. Em seguida, faz-se uma leitura de alguns dados censitários do IBGE, com ênfase na inserção ocupacional de homens e mulheres.

## 2. Economia solidária: uma proposta para se pensar novas estratégias de ocupação no mundo do trabalho

Apesar de ter raízes em paradigmas antigos, como o socialismo utópico do século XIX, a economia solidária, com as características atuais, surge no mundo a partir da década de 1980 e no Brasil na década de 1990 (Lechar, 2002; Singer, 1999; França Filho, 2002)

Como movimento social, a economia solidária é fruto da reação de segmentos sociais expostos ao crescente desemprego e à exclusão social. É uma articulação legítima da sociedade com vistas a solucionar seus problemas. Como objeto de estudos específico das ciências sociais

5. Tal como nossa sociedade se organiza hoje, grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. Elas mantêm a coesão na família, as relações de vizinhança e nos locais de trabalho. Esse é um recurso fundamental também para o funcionamento da economia capitalista, que já estaria destruída se na vida real só houvesse a competição como matriz de relação entre as pessoas. Uma pesquisa do Seade/Dieese (2003) sobre a forma como as pessoas encontram emprego mostrou que 70% dos que conseguem emprego o fazem por meio de indicação de amigos e familiares. O capital não se dispõe a arcar com os custos de um sistema de informações ou os riscos de contratar alguém sem referências e repassa esses custos às relações de reciprocidade. Mas me refiro aqui à reciprocidade não só como um valor, mas como um recurso que se materializa em horas de trabalho e gasto de energia, em geral das mulheres.

6. Nos termos deste trabalho, apontaremos tão-somente um conceito matriz que norteará a discussão aqui proposta. Não será dada ênfase às controvérsias do debate acerca das variações conceituais que o fenômeno assume, nem tampouco sobre o debate internacional e as várias experiências regionais brasileiras já registradas sobre a questão.

aplicadas, tem suscitado discussões conceituais, inclusive sobre o termo mais adequado para se referir a esse paradigma incipiente. Neste texto, considera-se que a economia solidária é a organização de um novo setor de reinserção produtiva, com unidades econômicas de trabalho baseadas na cooperação, socialização de saberes, constituição de redes de comunicação, troca e auto-sustentabilidade econômica (Cruz, 2002). Exprime o ideal desta forma coletiva de produzir<sup>7</sup> e tem sido tema de diversos pesquisadores (França, 2002; Kraychete, 2000; Singer e Machado, 2000; Nunes, 2002; Lisboa, 2003; Moura e Meira, 2002).

### 2.1 Principais termos

Algumas características da economia solidária não estão dadas, mas se apresentam como tendências e potencialidades, por vezes divergentes, desenvolvendo-se com maior ou menor intensidade de acordo com as condições objetivas e subjetivas em que se produz cada uma dessas experiências. Dessa forma, para analisar a realidade e as possibilidades de uma economia solidária, toma-se como parâmetro analítico o conceito de empreendimentos econômicos solidários – os EES. Esse conceito é uma tipificação, um modelo, que reúne as características ideais de um empreendimento solidário<sup>8</sup> (Gaiger, 2000).

Os EES seriam iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa estabilidade e viabilidade, por meio

7. Pessoas associam-se livremente para conduzir juntas ações que contribuam para a criação de atividades econômicas e empregos, ao mesmo tempo em que estas reforçam a coesão social. Entre essas atividades, as cooperativas são as mais antigas e melhor conhecidas, mas a elas somam-se outras, como os clubes de troca (pequenos produtores que usam de moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles) e bancos do povo (cooperativas de crédito dirigidas aos mais pobres, em que o crédito é garantido pelo compromisso solidário de grupos formados para essa finalidade), grupos comunitários e associações com os mais diversos fins. Podemos dizer que a economia solidária baseia-se em todas as formas possíveis de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários e de cooperação (Cruz, 2002).

8. Na prática, nenhum caso de trabalho cooperado responde plenamente ao modelo de EES, mas nos ajuda a observar quais são os traços positivos mais frequentes deles, bem como suas dificuldades na perspectiva de viabilizarem uma alternativa solidária (Gaiger, 2000).

da planificação de seus investimentos, e que requerem, para isso, a introdução de uma nova racionalidade econômica, calcada no trabalho cooperativo.<sup>9</sup> Pode-se afirmar que os empreendimentos econômicos solidários exibem idealmente as seguintes variáveis e/ou características, as quais contribuem para uma compreensão sociológica da economia solidária:

- autogestão: controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos;
- igualitarismo: garantido por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para as atividades-fim;
- cooperação: responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais;
- auto-sustentação: atividade produtiva de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural (Gaiger, 1999, apud Cruz, 2002).<sup>10</sup>

Tão fundamental quanto entender esse novo campo de práticas econômicas e sociais abertas pelo movimento da economia solidária, é identificar os sujeitos que possam estar envolvidos com essa nova proposta de articulação produtiva.

9. A força dos EES reside no fato de combinarem, de forma original, o espírito empresarial – no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e o espírito solidário, que funciona como o vetor da racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais em relação à ação individual e às relações assalariadas (Gaiger, 1999; Cruz, 2002).

10. Como se pode observar, a economia solidária, em seus termos, é uma crítica à sociedade capitalista, que apresenta práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias, baseadas na concorrência, na exploração, na exclusão e na acumulação compulsória. A alternativa posta é de uma outra economia, baseada nos princípios de solidariedade, sustentabilidade e inclusão. Enfim, falamos de uma emancipação social, em que “o trabalho alienado pode ser substituído pelo trabalho consciente e criativo, que propicia realização humana plena” (Cattani, 2003, p. 10).

Muitas pesquisas já vêm sendo realizadas, em âmbito regional, a fim de diagnosticar esses atores e suas especificidades (Cruz, 2002; Gaiger, 1999; França Filho, 2002). Todavia, para um debate mais articulado e para uma ação mais organizada acerca do desenvolvimento dessa prática solidária de trabalho, faz-se necessário articular e desenvolver pesquisas que integrem as complexidades regionais com uma proposta de articulação nacional para o favorecimento da economia solidária.

É nesse sentido que vemos nascer no governo federal da gestão 2002/2006 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Sua meta é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. O governo federal vem apoiando a formação de Centros Públicos de Economia Solidária, a organização de feiras populares estaduais para pequenos empreendedores e a recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão.

Para dar cabo dessa demanda de identificação e apoio aos EES, foi criado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Com esse sistema, a Senaes está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Esse mapeamento é composto por informações dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e das entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF). O que a Senaes quer é proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas. Mas essa pesquisa ainda está em andamento e, até agora, os dados por hora publicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não trazem as características dos EES, tempo de organização, modo de articulação e produção econômica, bem como as características socioeconômicas dos trabalhadores organizados nesse modo de gestão.

O que o Sies tem publicado até este momento, na página eletrônica do MTE, são os cadastrados computados pela Senaes até fevereiro deste ano. Foram registrados 20.562 empreendimentos (MTE, Senaes, Sies, fevereiro

de 2006).<sup>11</sup> O total de empreendimentos por forma de organização é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária/Sies – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Total de empreendimentos por forma de organização	
Tipo de Organização	Quantidade de empreendimentos
Grupo informal	6.141
Associação	11.372
Cooperativa	2.370
Empresa autogestão	97
Rede/Central	79
Outras	297
Total	20.562

Fonte: Ministério do Trabalho Emprego/Senaes: Sies, fevereiro de 2006.

Assim, o que temos de acordo com esses dados é que, dos 20.562 EES cadastrados pela Senaes, a maioria está representada por associações (55,3% dos EES cadastrados). Em segundo lugar, temos os grupos informais (29,8%). As cooperativas são apenas 11,5% dos EES registrados. A empresa de autogestão é a menor fatia: 0,47% do universo cadastro pela pesquisa do Sies. Esses empreendimentos com características de trabalho solidário teriam mais de dois milhões de trabalhadores em atividades de produção de bens e prestação de serviços, consumo e crédito, tanto no meio urbano quanto na rural. O mapeamento mostrou também que 44% dos EES localizados são dos estados da Região Nordeste (MTE, Senaes, Sies, 2006).

Dada a abrangência do debate sobre novos arranjos produtivos, sobre uma outra economia, a qual, neste artigo, é nomeada de economia solidária, reconhecemos a importância dessa base de dados que está sendo organizada pelo MTE, mas também sabemos que este é um processo lento e que, pelo exposto até aqui, não registra a complexidade do debate em questão:

11. Esses empreendimentos cadastrados pela Senaes compartilham, em graus diferenciados, as características de autogestão, igualitarismo, cooperação e auto-sustentação que, a princípio, qualificam um empreendimento econômico solidário (EES).

quem são os sujeitos trabalhadores da economia solidária? Como se organizam e enfrentam o mercado e os conflitos de grupo? Qual a duração de seus empreendimentos? Quantos são os homens e as mulheres envolvidos em empreendimentos solidários? Qual a contribuição do debate sobre as relações sociais de gênero para o entendimento das subjetividades e identidades gerenciadas a partir de um universo de economia solidária?

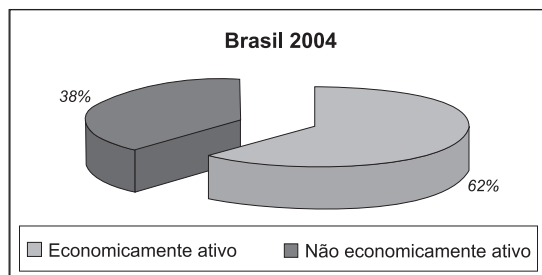
Neste artigo, por razões de pragmática de pesquisa (o tempo demandado pela pesquisa é sempre menor à necessidade de continuar pesquisando) e pelo próprio formato desta comunicação, não pretendemos, e nem poderíamos, responder a todas essas questões, nem mesmo esgotá-las. A riqueza do fenômeno também não nos permitiria dar conta de todos esses questionamentos pelo esforço de um pesquisador apenas. Não obstante, dada a precariedade, ou insegurança, que as relações de trabalho assumem na atualidade, vamos prosseguir no ensejo de agregar algumas informações a partir da base de dados gerada pelo IBGE e também iniciar um processo de identificação dos sujeitos trabalhadores que, devido à sua condição de ocupação no mundo do trabalho, representam sujeitos passíveis de se agregar ao trabalho cooperado e solidário.

### 3. Panorama da ocupação e enfoque de gênero: leitura da assimetria na inserção ocupacional<sup>12</sup> nos dados da Pnad 2004

A Pnad 2004 registrou pouco mais de 140 milhões de brasileiros. Destes, 48,2% são homens e 51,8% são mulheres. A população economicamente ativa, para a população acima de dez anos ou mais, está distribuída em 87.106.393 de pessoas (62%) e para os não economicamente ativos foram registrados 53.313.093 (38%) brasileiros (Gráfico 1).

12. A inserção ocupacional é classificada nos seguintes termos: a) pessoas ocupadas (PO): foram classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas que tinham trabalhado durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc.; b) pessoas desocupadas (PD): aquelas pessoas sem trabalho que toma-

Gráfico 1 - PEA/Pnad



Fonte: IBGE, Pnad 2004

Entre os 62% economicamente ativos, 51% são homens e 49% são mulheres. Aqui, em termos de estoque de emprego formal, o número de vínculos ocupados por homens é 50% superior àquele preenchido por mulheres<sup>13</sup> (IBGE,

ram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias); c) pessoas economicamente ativas (PEA): pessoas economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias); incluem-se aí tanto as pessoas ocupadas quanto as desocupadas.; d) pessoas não-economicamente ativas (PNEA): pessoas definidas como não-economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) são aquelas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período; e) ocupação: definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa; f) trabalhador doméstico: pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares; g) conta-própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado; h) empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; i) trabalhador não-remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em que vivia (empregado da produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; por conta própria ou empregador) (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, v.24, 2003, Brasil).

13. No mundo agrícola, as mulheres são a maioria não economicamente ativa, 25,1%, e os homens são 12,9%. Há ainda o fato de que, para esse universo de trabalhadores agrícolas (que são 16.650.536 da PEA, com dez anos ou mais de idade), temos o maior contingente de trabalhadores que estão inseridos no contingente de não-remunerados: eles são 43,2% da PEA, dos quais os homens representam 26,3% e as mulheres, 78,9%. Esse contingente de trabalhadores não-remunerados pode estar desenvolvendo atividades secundárias ou de apoio a outros trabalhadores, não são proprietários nem podem estar em situação de maior precariedade por não auferirem nenhuma renda do meio rural. Registre-se que a grande maioria desses trabalhadores são mulheres que, em geral, trabalham no roçado, mas não têm sua força de trabalho paga.

Relação Anual de Informações Sociais – Rais, 2004). Ou seja, a inserção ocupacional de homens e mulheres está circunscrita à divisão sexual do trabalho, em que a tomada do espaço público e a manutenção do espaço privado são definidas prioritariamente pelo papel social que ambos devem assumir. O fato de ter sempre tido o espaço público como um lugar de trânsito comum colocou os homens em situação privilegiada nas tomadas de decisão política e econômica. As mulheres, por outro lado, legadas ao cuidado do lar, tiveram mais dificuldades para legitimar sua participação na vida pública e nela se fazerem representar. Além disso, o fato de terem ingressando no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas – o que as colocou no olho do furacão da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas –; de representarem 38% das chefias familiares; de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar, garantir o estudo dos filhos e tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos.<sup>14</sup>

Em geral, a força de trabalho feminina tende a apresentar graus de escolaridade superiores aos dos homens. A Pnad 2004 demonstrou que apenas 10% dos vínculos masculinos eram ocupados por indivíduos com nível superior completo, enquanto esse percentual aumenta para 21% no caso das mulheres. No outro extremo, só 0,4% das mulheres ocupadas eram analfabetas, sendo o percentual de 1,2% no caso dos homens.

Ainda como reflexo de uma estrutura social demarcada pela divisão sexual do trabalho, o rendimento médio da mulher, em 2004, equivalia a 81,2% do recebido pelo homem, enquanto, em 2003, representava 80,3%. A despeito dessa melhoria relativa no que diz respeito às mulheres, a remuneração média feminina ainda é inferior à masculina em todos os níveis de escolaridade,

14. À medida que a faixa salarial aumenta, a quantidade de profissionais femininas é reduzida. Apesar de representarem atualmente 49% da PEA e de serem a maioria nas universidades, ocupando 60% das vagas, elas ainda são alvo da discriminação salarial. São poucas as que conseguem chegar a cargos de chefia e são muitas as que fazem dupla jornada de trabalho (Hirata, 1998).

sendo a maior diferença verificada no grau de instrução “superior completo”. Essa categoria, vale lembrar, foi a única na qual os empregos líquidos gerados foram prioritariamente ocupados por mulheres (83%).

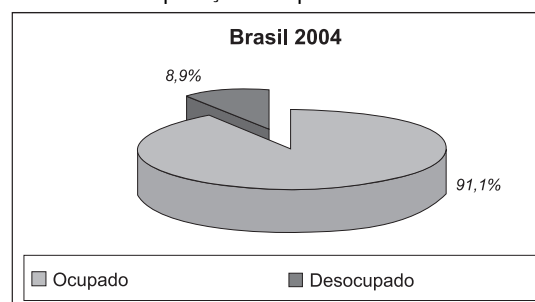
### 3.1 População de ocupados e não-ocupados no mundo do trabalho: quantos e quem são os sujeitos em atividade econômica?

Quanto ao universo de trabalhadores ocupados e não-ocupados, na semana de referência para a realização da Pnad 2004, a relação assimétrica entre a ocupação no mundo do trabalho por homens e mulheres também se confirmou: foram 56,9% de homens ocupados contra 43,1% de mulheres em alguma atividade considerada produtiva (Tabela 2).

Em conformidade com a estrutura ocupacional da sociedade brasileira hoje, os homens ainda são representados como a maioria de trabalhadores ocupados. As mulheres seriam a maior parcela de desocupadas. Cabe ressaltar, entretanto, que o IBGE ainda cadastra em suas pesquisas como ocupação e não-ocupação econômica não leva em consideração o fato de a maioria das mulheres brasileiras desempenhar a função de reprodutoras da força social ou da chamada economia do cuidado. O fato de serem “do lar”, educarem os filhos, tratarem dos mais velhos, manterem a alimentação e a saúde da família não geraria, para a sociedade e para o mercado, um fator monetário que agregasse valor financeiro às relações sociais pautadas pela

lógica de mercado. Por isso, mesmo que a maioria dessas mulheres desempenhe atividades de reprodução e ainda assim trabalhe fora de casa, em alguma atividade de produção econômica, as pesquisas de população não incorporaram esse fator, que é de gestão e reprodução da própria sociedade (Gráfico 2).<sup>15</sup>

Gráfico 2 – População Ocupada/Pnad



Fonte: IBGE, Pnad 2004.

Os tipos de atividades desenvolvidas por homens e mulheres no mercado de trabalho atestam que o papel desenvolvido com o cuidado da família aloca a força de trabalho feminina em funções próximas àquelas executadas no espaço da casa: dois terços das mulheres ocupadas em 2004 estavam concentradas em quatro grupamentos de atividade (serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais). Enquanto isso, os quatro maiores grupamentos (agrícola, comércio e reparação, indústria, construção) reuniam quase 70% dos homens.

A assimetria na inserção ocupacional de homens e mulheres é um fenômeno tanto do espaço urbano quanto do mundo rural. Ressalta-

Tabela 2. População com dez anos ou mais, segundo condição de ocupação na semana de referência – Brasil - 2004.

	Condição de ocupação na semana de referência	Sexo					
		Masculino		Feminino		Total da população economicamente ativa (PEA) em 2004	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	Ocupado	46.195.741	53,0	33.159.280	38,1	79.355.021	91,1
	Desocupado	3.386.012	3,9	4.365.360	5,0	7.751.372	8,9
	Total parcial	49.581.753	56,9	37.524.640	43,1	87.106.393	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad, 2004)

15. Ressalte-se que um dos pilares da economia solidária (cooperação e retribuição) assenta-se no paradigma da dádiva (Godbout e Caillé, 1994): trocas e reciprocidades que não estão restritas apenas à lógica de mercado. Desse modo, a economia do cuidado (Guérin, 2003; Heilborn, 1991), atribuída às mulheres, seria uma espécie de economia da doação, não contabilizada pelas sociedades ocidentais. Essas mulheres, pelo seu próprio papel social, apresentam-se, pois, como trabalhadoras de uma outra economia, a economia solidária.



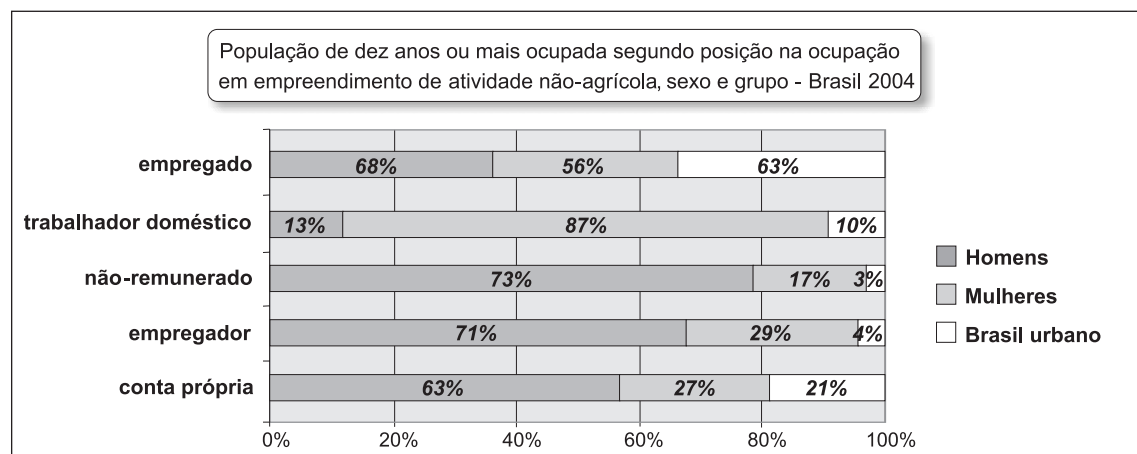
se que, no meio rural, essa assimetria é maior e atinge um número maior de mulheres. No meio rural, que representa 37,4% da PEA, as mulheres são o maior contingente de trabalhadores não-remunerados (78,9%). A mulher que compõe essa força de trabalho, no geral, participa de todas as atividades, principalmente das tarefas da colheita e do plantio, que a divisão sexual do trabalho agrícola elegeu como tarefas femininas. No entanto, elas não são proprietárias da terra, não participam de tomada de decisões sobre o que plantar, negociar etc. Além disso, não são o alvo de políticas públicas de capacitação da força de trabalho agrária. Cursos de associativismo, uso de agrotóxicos, apicultura, conservação do solo, da água e de alimentação animal são oferecidos ao homem, uma vez que, tradicionalmente, as atividades relacionadas a esses cursos são realizadas pelo homem, do mesmo

modo que os ensinamentos referentes à alimentação alternativa são dirigidos à mulher, reitereando assim espaços “fora da casa” e “dentro da casa”, como lugares de homens e de mulheres, respectivamente (Ruas, 2000; Mello, 2004).

No geral, os contingentes de trabalhadores agrícolas não-remunerados desenvolvem atividades secundárias ou de apoio a outros trabalhadores, não são proprietários e podem estar em situação de maior precariedade por não auferirem nenhuma renda do meio rural.

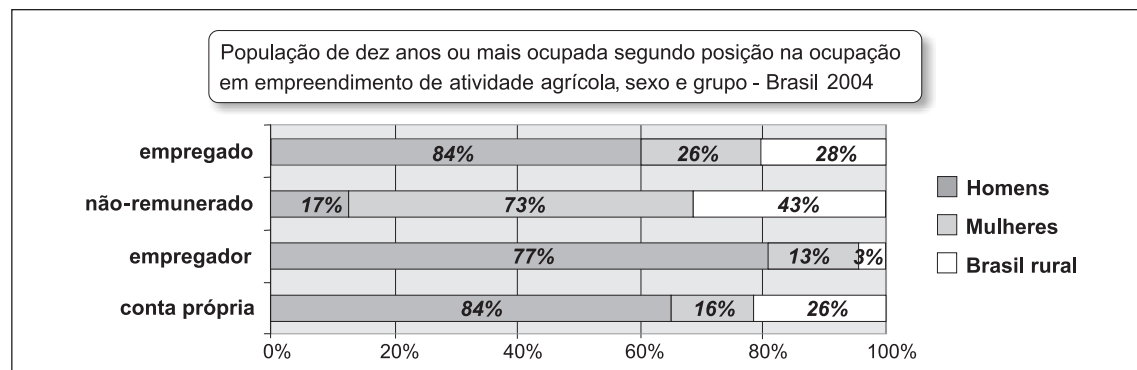
A PEA urbana apresenta 62,6% de trabalhadores empregados, que, diferentemente do meio rural, tem o maior contingente de empregáveis. Enquanto no meio rural, as mulheres são a maioria não-remunerada, no espaço urbano, elas são o maior contingente de trabalhadores domésticos (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3 – PO Urbana - Brasil 2004



Fonte: IBGE, Pnad 2004. 1

Gráfico 4 – PO Rural - Brasil 2004 1



Fonte: IBGE, Pnad 2004.2

### 3.2 Do trabalhador por conta própria, conforme os dados da Ecinf 2003

No ano de 2003, a Ecinf registrou 10.525.954 pequenas empresas urbanas no Brasil, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em sua grande maioria (88%), as empresas do setor informal pertenciam a trabalhadores por conta própria e apenas 12% eram de pequenos empregadores. Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80%, apenas uma pessoa ocupada.

Contudo, ressaltamos que, nesse debate sobre a configuração de um sistema econômico solidário, não podemos dizer que a economia solidária resume-se a esse setor, na medida em que a própria organização da informalidade, sem garantia de proteção e estabilidade para os trabalhadores, é antagônica a uma articulação solidária e cooperada.<sup>16</sup> Nos anos de 1990, para cada dez ocupações geradas, apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração. Entre 1986 e 1998, nas regiões metropolitanas, o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4%, e o número de trabalhadores por conta própria<sup>17</sup> aumentou em 61% (Cruz, 2002). Em um intervalo de dez anos (1993-2003), observamos uma expansão de 40% da população ocupada como empregador e 23% daqueles por conta própria.

16. Oliveira, apud Cruz (2002), lembra que a violência de um certo setor informal – a dos camelôs, por exemplo – não tem nada de solidário. Pois o setor informal é a ponta de um sistema desigual, que reproduz o alto consumo para a linha da pobreza, ou melhor, reproduz precariamente o que já se faz de cima para baixo. Em verdade, os dados acima confirmam a ampliação das ocupações por conta própria na década de 1990 (talvez esse movimento sinalize uma aproximação entre a expansão do setor informal e a edificação de uma economia solidária).

17. Verifica-se um crescimento das ocupações denominadas de informais como um resultado do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Esses fatores empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupação. Às pessoas que sempre viveram de trabalhos informais, sobretudo através das ocupações por conta própria, soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego regular e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano.

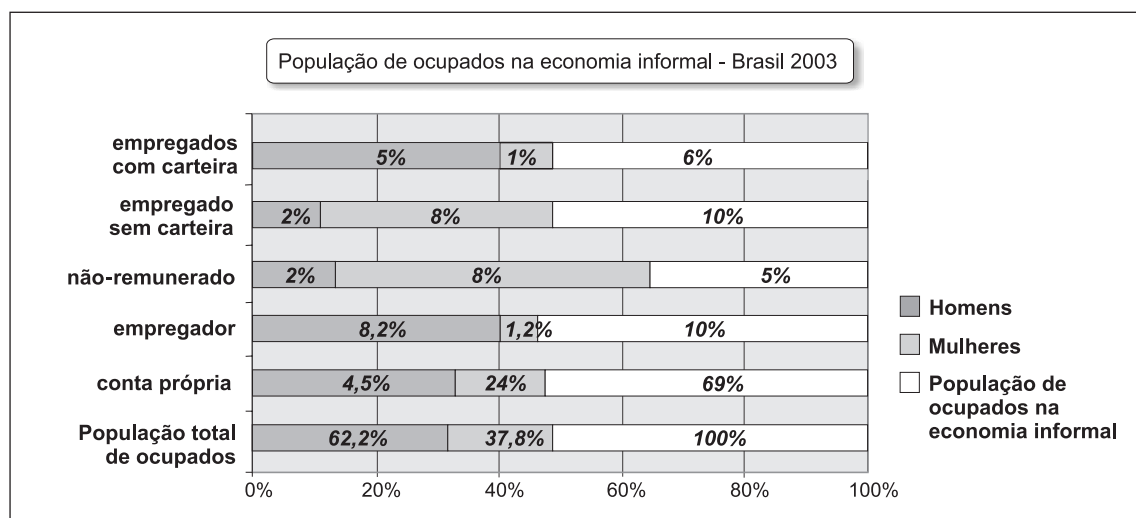
Dentre as pessoas ocupadas atualmente nas empresas do setor informal, 69% são trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados. Dos trabalhadores por conta própria, 45% eram homens e 24% mulheres. Com relação aos trabalhadores não-remunerados, a assimetria na ocupação entre homens e mulheres aumenta: elas são 82% da força de trabalho não-remunerada e os homens são 18% (Gráfico 5).

As pesquisas (por exemplo: Kraychete, 2000; Cruz, 2002) que buscam um paralelo entre a economia solidária e o setor informal apontam três razões para identificar um EEs com as organizações de trabalho informal: a) os estudos e as informações estatísticas sobre o trabalho realizado de forma individual ou familiar, sobretudo nos espaços urbanos, normalmente referem-se de fato ao denominado setor informal; b) essas formas de trabalho não são iniciativas isoladas, mas interagem com o seu entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes, e c) tais modalidades de trabalho são historicamente determinadas, não se confundem com a economia capitalista e exibem uma lógica econômica específica.<sup>18</sup>

Essa leitura baseia-se na ampliação vertiginosa do setor informal, resultante das transformações econômicas ocorridas nas três últimas décadas. A Ecinf 2003 revela que a unidade econômica denominada de empresa informal é constituída, sobretudo, pelo trabalhador autônomo, que cria, muitas vezes do quase nada, o seu próprio trabalho, contando ou não com ajuda de mão-de-obra não-remunerada. As atividades

18. Usualmente, o setor informal é definido pela função do ativo/trabalhador e não pela atividade, justapondo-se a diversos critérios: trabalhadores por conta própria, contando ou não com a ajuda de mão-de-obra não-remunerada; empresas com menos de cinco empregados; setor em que os negócios e os contratos de trabalho não obedecem à legislação trabalhista e fiscal etc. Nesses termos, a conceituação do setor informal seria um movimento reflexo do setor formal: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal. Até os anos 70, o setor informal era entendido assim: um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor formal, que seria superado pelo desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria razão para perder tempo discutindo-se a viabilidade da economia informal.

Gráfico 5 – PO informal - Brasil 2004



Fonte: IBGE, Pnad 2004.3

informais estão presentes em todos os ramos de atividade, embora o setor de serviços absorva quase metade dos empreendimentos, seguido pelo comércio (26%) e pela indústria de construção civil (15,5%). O importante é lembrar que o informal não é mais um bolsão que absorve aquilo que não serve mais ao capitalismo. Ao contrário, configura-se hoje como um sistema de empregos<sup>19</sup> que se adapta às novas conjunturas do mundo do trabalho. Entretanto, é necessário assinalar que tal sistema não representa a estrutura em rede cooperada enunciada pela economia solidária, mas talvez possamos dizer que o informal é uma das faces a ser articulada pelo sistema da economia solidária.<sup>20</sup>

19. Sobre este tema consultar Nunes, 2002.

20. Kraychete aponta, sucintamente, duas novas visões sobre o informal que o tornariam um ponto de articulação para a economia solidária: a) a primeira visão, compatível com as crenças neoliberais, propõe aos que não têm acesso ao mercado formal de trabalho que adquiram uma empregabilidade, que se transformem em empresários de si mesmos. Segundo Kraychete (2000), seria a passagem de um paradigma antropológico do indivíduo-máquina para o indivíduo-empresa, em que apenas os mais capazes mereceriam sobreviver. Nesse ponto de vista, o informal seria o lugar por excelência para a realização das capacidades individuais; b) a segunda visão baseia-se nos estudos realizados sobre os empreendimentos populares (Gaiger 1999, Coraggio 2002, apud Cruz 2002) – a economia se alimentaria de inúmeras atividades, realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços. Aqui, a informalidade poderia conduzir ou ser conduzida a organizar-se de forma solidária e cooperada, favorecida por duas características próprias:

A grande maioria desses negócios está organizada com base na própria força de trabalho do autônomo, que eventualmente conta com um sócio ou com a ajuda de um membro da família não remunerado. Isso nos propõe uma questão importante: tal dado fragiliza o pressuposto de que, na economia solidária, os arranjos produtivos se dão em consórcio justo e igualitário. Assim, no setor informal, há um arranjo produtivo que não necessariamente privilegia a organização associativa. Por outro lado, esses empreendimentos informais conseguem se estabelecer por até dez anos ou mais, o que sugere uma boa administração da sustentabilidade dessas atividades informais. Ou seja, para verificar se fazem parte do processo social formado pela economia solidária, seria preciso discutir com esses trabalhadores a lógica de organização e a viabilidade econômica desses empreendimentos informais. Por conseguinte, os demais ocupados na economia informal – empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores não-remunerados – são majoritariamente vinculados às empresas informais de propriedade de empregadores.

A maioria das empresas informais (64% no caso dos trabalhadores por conta própria e 81,6% no caso de empregadores) realiza suas

pela flexibilidade nas relações de trabalho e atendimento às demandas de mercado e pela extensão de suas atividades, que existem sob várias formas: unidades domiciliares, vendas comerciais autônomas, associações e grupos de prestação dos mais variados serviços etc.

atividades fora do local de domicílio. Entre os empreendimentos que só funcionam fora do domicílio, porém, há uma grande diferença entre os locais de trabalho, em função da posição na ocupação de seu proprietário. Enquanto sete em cada dez empresas de empregadores funcionam em loja ou oficina, 64% dos trabalhadores por conta própria exercem sua atividade no domicílio do cliente ou em via pública. O local de trabalho reflete em geral o nível tecnológico e o grau de divisão do trabalho do empreendimento. A realização de trabalho em loja ou oficina cria as condições para que se possa investir em máquinas e equipamentos, que vão aprofundar a divisão de trabalho e aumentar sua produtividade. Em compensação, o empreendedor que exerce sua atividade fundamentalmente na residência do cliente ou na via pública está limitado a contar somente com sua força de trabalho ou, no máximo, a investir em equipamentos que possa carregar, limitando sua produtividade.<sup>21</sup>

A pesquisa lançou algumas luzes interessantes sobre a forma de recrutamento das empresas informais. Independentemente do gênero, 85% dos empregados e não-remunerados afirmaram terem entrado no negócio em função de relações pessoais. A seleção da maior parte dos trabalhadores se dá, por conseguinte, mediante uma teia de relações de parentesco e na comunidade, em detrimento de processos mais técnicos ou impessoais de seleção (anúncios, cartazes etc.). As relações de parentesco com o proprietário, por sua vez, respondem por apenas 48% do total de ocupados selecionados em função de relações pessoais. As relações de parentesco são mais importantes para explicar a entrada de mulheres no negócio, uma vez que 46% das empregadas e das trabalhadoras não-remuneradas são cônjuges, filhas ou têm algum outro parentesco com o dono da empresa infor-

mal. Esse fator explica em parte a grande proporção de mulheres entre os trabalhadores não-remunerados (dos 5% de trabalhadores não-remunerados na economia informal, as mulheres são cerca de 82%).

Em relação à idade, a concentração ocorre nas faixas de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos, com o total de 82,9% das pessoas nessas faixas (homens e mulheres); a idade preponderante ocorre na segunda faixa, com 45,6% das pessoas, mostrando que os negócios informais constituem oportunidade de ocupação importante para as pessoas de idade mais avançada.

O rendimento médio geral de todos os proprietários, seja proveniente do trabalho no setor informal ou a soma desse e de outro(s) trabalho(s), alcançou R\$ 753,00 (outubro de 2003), equivalente a 3,1 salários mínimos, sendo de R\$ 623,00 (2,6 salários mínimos) no caso dos trabalhadores por conta própria e R\$ 1.606,00 (6,7 salários mínimos) para os empregadores. A diferença de rendimento entre homens e mulheres é alta: 71,5% no caso dos autônomos e 26,8% para os empregadores.

Quando perguntados sobre o motivo que os levou a iniciar o negócio, a maioria dos trabalhadores por conta própria, tanto homens quanto mulheres (87,5%), aponta o fato de não terem encontrado emprego.

### Considerações finais

A finalidade deste artigo foi desenhar um perfil dos sujeitos trabalhadores da economia solidária com base naquilo que os dados de duas pesquisas do IBGE nos indicam. Partimos dos dados reunidos na Pnad 2004 e na Ecinf 2003, e esclarecemos que a tomada desses dois bancos de dados deu-se pelo fato de que o primeiro tem abrangência nacional, é censitário e reúne o quadro geral de inserção ocupacional do brasileiro, enquanto o segundo, dada a sua especificidade de investigar somente as características das unidades produtivas autônomas (na amostra de 2003, foram cinquenta mil empreendimentos visitados), nos permite um mergulho, um olhar mais qualificado e contextualizado sobre o funcionamento da chamada economia informal, composta em sua maioria por trabalhadores por conta própria.

21. Essas diferenças qualitativas entre empresas informais de empregadores e o trabalho por conta própria podem também ser constatadas quando se analisam seus respectivos níveis de planejamento financeiro. Enquanto 47% dos empregadores recorrem a contadores para o registro contábil de suas atividades, 50% dos trabalhadores por conta própria não fazem qualquer tipo de controle contábil. Por sua vez, enquanto 25% dos empregadores determinam o preço de seus produtos fixando uma margem de lucro sobre os custos de produção, a proporção de trabalhadores por conta própria que faz o mesmo cai para 16%.

Cabe ressaltar que a principal distinção entre estes dados é a cobertura pesquisada. Em relação à Pnad, a cobertura da Pesquisa Economia Informal Urbana é de 76%. A abrangência da pesquisa sobre economia informal é ainda menor entre os ocupados não-remunerados (29% do total da Pnad) e os empregados sem carteira assinada (15,3%). Isso significa que a Ecinf, ao realizar a pesquisa apenas na área urbana, acaba por excluir uma parcela significativa da população de trabalhadores por conta própria. Ao restringir-se também aos empregadores com até cinco empregados, exclui de sua pesquisa cerca de 26% dos empregadores (mais de seis empregados), segundo os dados da Pnad 2004.

Todavia, a pesquisa Economia Informal Urbana de 2003 trouxe um conjunto importante de novas informações sobre os empreendimentos informais urbanos, especialmente no que concerne às características individuais e motivações de seus proprietários, bem como à forma de funcionamento das próprias empresas.<sup>22</sup> Como já dito em linhas anteriores, a Ecinf nos permite qualificar e agregar mais informações ao perfil dos trabalhadores autônomos registrados pela Pnad.<sup>23</sup>

22. Dada a sua metodologia, a Ecinf 2003 abrangeu todo o espectro de atividades empresariais informais, incluindo, por exemplo, os vendedores ambulantes de roupas, de alimentos, de cosméticos, de bijuterias etc., e os variados tipos de prestadores de serviços, como cabeleireiros, eletricitas, pedreiros, motoristas, pessoas de apoio na área de informática, entre diversas outras atividades. Não foram objeto de investigação as atividades agrícolas e as seguintes categorias: os empregados domésticos, as atividades dos moradores em áreas rurais (como o artesanato, a indústria de alimentos, serviços, entre outras) e os moradores de rua, pois as pessoas nessas situações ou já se encontram cobertas por pesquisas específicas do IBGE (é o caso da Pnad, para trabalhos domésticos) ou necessitam de tratamento analítico próprio, pelas peculiaridades que apresentam. Também estão excluídos da pesquisa os indivíduos em atividades ilegais, pois a sua amostragem dos domicílios foi realizada com probabilidade proporcional ao total de unidades ocupadas, constantes do Censo Demográfico de 2000, estratificados por grupos de atividades, com representatividade para todas as áreas que compõem a pesquisa. Foi ainda considerada a variável renda na estratificação dos setores, garantindo a inclusão de proprietários do setor informal das diversas classes de renda.

23. Uma primeira explicação para as diferenças de registros quantitativos entre a Pnad e a Ecinf pode vir do fato de que o IBGE, por questões de custo operacional, não abrangeu "as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais", que foram captadas pela Pnad 2004.

Nesse sentido, um primeiro esforço de traçar o perfil do sujeito trabalhador em contexto de economia solidária está em reconhecer e compreender o perfil e a forma de se organizar daqueles que se colocam no mundo do trabalho a partir da autogestão de sua própria força de trabalho.

Em linhas gerais, vimos que, no Brasil, a população economicamente ativa é de 62%. Nesse universo, pesquisas (Hirata, 1998) mostram que as mulheres se encontram em situação de maior precariedade, com salários menores, e representam hoje cerca de 40% dos trabalhadores do setor informal, dos quais 27% estão no meio urbano e 16% no meio rural (Pnad 2004). São também chefes de família em 48% dos casos e respondem sozinhas pelo orçamento familiar. Em geral, a força de trabalho feminina tende a apresentar grau de escolaridade superior ao dos homens, mas isso não significa salários melhores nem mesmo paridade salarial. O rendimento médio da mulher equivale a 81,2% do recebido pelo homem. Sobre a inserção da força de trabalho feminina no mercado, o debate sobre a divisão sexual do trabalho e da economia solidária suscita um outro modo de legitimar essa força de trabalho, reconsiderando sua capacidade produtiva e reprodutiva para a estruturação social.

Nesse sentido, a busca de um perfil dos sujeitos trabalhadores a partir de uma dada ordem cooperada e solidária deve considerar, primeiramente, a forma como a sociedade tem percebido o trabalho da mulher, tanto para a manutenção da família quanto para a tomada do espaço público. Como já assinalado, o tipo de gestão social e econômica, proposto pelo movimento da economia solidária, tem como pilar a noção de reciprocidade e solidariedade da qual está embuída a própria dinâmica de cuidar da casa, da família, dos indivíduos. Quer dizer, reconhecer esse trabalho implica localizar e traçar linhas de apoio e desenvolvimento social para os sujeitos que se envolvem com a economia do cuidado, com a economia da reprodução social.

Analisar e compreender as iniciativas autônomas de gestão do trabalho nos aproxima de indivíduos que hoje são 21% da população ativa e se concentram na faixa etária entre 25 e 49

anos. São pessoas que, por conta própria, buscam superar o desemprego e manter uma renda média de 2,6 salários mínimos. São empreendedores informais, visto que lidar com as exigências de cadastro fiscal sufoca a pequena rentabilidade auferida por esse trabalho autônomo. Em geral, estão concentrados na área de prestação de serviços (reparação, alimentação, transporte) e comércio de mercadorias.

Quanto ao nível de instrução, 60,1% das pessoas têm, no máximo, até o ensino fundamental. O grau universitário completo representa 6,3% do total dos autônomos e 18,3% dos empregadores.

Quanto ao vínculo de trabalho, 60,9% desenvolviam atividade por tempo indeterminado, enquanto os demais (39,1%) trabalham por tempo determinado, por tarefa ou outras modalidades.

Ao reconhecer a participação econômica desses sujeitos trabalhadores, percebemos a necessidade de rediscutir a lógica de organização e manutenção das relações de trabalho, para a construção de uma estrutura de inserção ocupacional menos precária e instável. Isso pode gerar um outro modo de articulação para a atividade humana, que tenha como meta uma sustentabilidade e uma viabilidade econômica geradas a partir do trabalho cooperado e solidário.

---

*Abstract: The aim of this article is to draw a portrait of workers which could be conceived as potential subjects of the universe of solidary economics in Brazil making use of the analysis of information generated by IBGE researches (Prad 2004 and Ecinf 2003). The following questions are presented: who is the worker of solidary economics?; which is the socioeconomic portrait of individuals involved in activities of entrepreneurship and solidary economics? Traversing this debate with the study of the category gender, the subjects placed in the configurations opened by cooperative and solidary work are identified. Although it is not simple to draw such a portrait, this is a necessary task. In order to carrying it out, one should dimension different existing researches or create another ones as a means to getting to the reality and the limits of solidary economics of contemporary society.*

*Key-words: solidary economics; gender; occupational insertion.*

---

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão a partir das delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deams) da Região Centro-Oeste. Brasília: UnB, Departamento de Sociologia. [Mimeo, 2003].
- \_\_\_\_\_. Um caminho longo até a equidade. UnB na Imprensa (Jornal Eletrônico). Disponível em: [http://www.br/acs/acsweb/clipping/caminho\\_longo.htm](http://www.br/acs/acsweb/clipping/caminho_longo.htm). Acesso em: 8/032004.
- BARROS, Cleyton Miranda. Gestão de empreendimentos solidários. 2003. Monografia (Bacharelado em Administração) – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.
- BOURDIEU. Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1982.
- BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM (Orgs). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.
- CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CAILLÉ, A. Une soirée à l'Ambroisie: rudiments d'une analyse structurale dudon. La Revue du Mauss, 11, 1989.
- \_\_\_\_\_. Nature du don archaïque. La Revue du Mauss, 12.(1993), La émission des clercs, 1991.
- \_\_\_\_\_. Critique de la raison utilitaire. Paris: La Découverte, 1991a.
- \_\_\_\_\_. Sacrifice, don et utilitarisme; notes sur la théorie du sacrifice. 1995
- CRUZ, T. S. Iniciativas populares de geração de renda: participação popular e empreendimentos solidários em Santa Maria/DF. Brasília, 2002. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, ICS da UnB.
- DIEESE - SEAD. Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho. Internet, disponível em: <[www.dieese.org.br/esp/es2mai97.html](http://www.dieese.org.br/esp/es2mai97.html)>. Acesso em 16/6/2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária no RS: Viabilidade e perspectivas. RS: Unisinos, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA

- B. (Orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GODBOUT, J. T. e CAILLÉ, Alain. L'esprit du don. Paris: La Découverte, 1994..
- GUÉRIN, Isabelle. Femmes et économie solidaire. Paris: La Découverte, 2003.
- HEILBORN, M. L. Gênero e condição feminina. Mulher e políticas públicas. Ibam/Unicef, 1991.
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo. Ano 4, número 07, 1998.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- \_\_\_\_\_. Economia informal urbana 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 158p.
- KRAYCHETE, Gabriel (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 91-131.
- LECHAR, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas de economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Anais... In: Seminário das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Campinas, 20.mar.2002. Disponível em: [www.Unicamp.br](http://www.Unicamp.br). Acesso em: 29.nov.2003.
- LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. Disponível em: [www.Unisinos.br](http://www.Unisinos.br). Acesso em: 29.nov.2003.
- MELO, Lígia Albuquerque de. A realidade da produtora rural na seca nordestina. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/127.html>. Acesso em: 10/10/2004.
- MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.
- NUNES, Christiane Girard Ferreira. Economia solidária em tempos sombrios. Revista Ser Social. Brasília: Programa de Pós-graduação do Dep. de Serviço Social da UnB, n. 5, 1999.
- \_\_\_\_\_. Dossiê: globalização e trabalho – perspectivas de gênero. Brasília: CFêmea/FIG-Cida, 2002.
- \_\_\_\_\_; SORIA, Anália L. Crise econômica e crise na cultura do trabalho. Sociedade e Estado – Trabalho: Crise e Reconstrução. Vol. XI, n. 2, Brasília: Dep. de Sociologia, UnB, 1996.
- RUAS, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam (Orgs.) Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.
- SINGER, Paul. A economia solidária no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.
- \_\_\_\_\_; MACHADO, João. Economia socialista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

